

Piso de Saúde e Educação pode inviabilizar Orçamento em 2028

Orçamento Regra fiscal no limite

Piso de Saúde e Educação pode travar o Orçamento até 2028

Projeções do governo mostram que gastos mínimos com as duas áreas vão consumir 112% das despesas não obrigatórias, tirando recursos de outras rubricas

DANIEL WETERMAN

Os gastos mínimos com Saúde e Educação exigidos pela Constituição vão consumir todo o espaço das despesas não obrigatórias e comprometer o dinheiro destinado ao custeio e ao investimento nas outras áreas da União até 2028, tornando o Orçamento da União impraticável.

Conforme levantamento feito pelo Estadão com base em projeções do Ministério do Planejamento e Orçamento e em informações do Projeto de

Lei de Diretrizes Orçamentárias (PDLO), os pisos de Saúde e Educação vão consumir 112% das despesas não obrigatórias até 2028.

Os números reforçam a conclusão de especialistas de que o governo vai ter de escolher entre manter os mínimos constitucionais ou mexer nas regras do novo arcabouço fiscal. Integrantes da equipe econômica também defendem uma revisão desses pisos (mais informações na pág. B2).

Mantidas as regras atuais, faltaria dinheiro para programas como o Minha Casa, Mi-

nha Vida, para recuperação de rodovias federais, pagamento do Auxílio Gás a famílias carentes, obras de saneamento básico, ações de Defe-

Efeito
Com estrangulamento de gastos, programas como o Minha Casa e o custeio da máquina seriam afetados

sa Civil para prevenir desastres naturais e manutenção de todos os órgãos federais. O cenário foi antecipado pe-

lo Estadão em abril passado com estimativas do piso da Saúde. Agora, a reportagem obteve projeções do Ministério do Planejamento por meio da Lei de Acesso à Informação que confirmam a tendência, e apresentam um cenário ainda mais desafiador para a equipe econômica, desta vez com a inclusão dos gastos com Educação e a distribuição do dinheiro no Orçamento.

Ao mesmo tempo que despesas obrigatórias e impostivas pela Constituição crescem – entre elas, aposentadorias, emendas parlamentares,

Saúde e Educação –, o arcabouço fiscal impõe um limite para os gastos públicos (2,5% de crescimento real em relação ao ano anterior), o que diminui o espaço para investimentos em outras áreas.

Os pisos de Saúde e Educação vão somar R\$ 336,3 bilhões só em 2025, de acordo com as projeções do governo. O dinheiro é dividido entre despesas obrigatórias e discionárias (não obrigatórias). Os recursos vão consumir 44% do Orçamento disponível para todas as despesas não obrigatórias, espaço disputado com outras áreas. Esse percentual subirá para 51% em 2026; 63% em 2027; e 112% em 2028.

Em 2027, sobriariam apenas R\$ 45 bilhões para gastos não obrigatórios nas outras áreas, um cenário considerado impraticável por integrantes do governo e economistas. Já em 2028, faltariam R\$ 12 bilhões para custeio e investimento em outras áreas, paralisando o Orçamento. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: b Pagina: 1